CGTP: o congresso de todos os sindicatos – 40 anos depois

27 Janeiro, 2017



Faz hoje 40 anos que teve lug
ar a sessão de abertura do
Congresso de Todos os Sindicatos,
assim designado por nele terem podido participar todos os sindicatos portugueses, ind
ependentemente de estarem ou não filiados na central sindical única, a Intersindical.

Quatro décadas depois, a CGTP-IN evoca esta grande realização do movimento sindical unitário e as suas deliberações como fonte onde assenta o essencial dos seus princípios, objetivos e práticas.

A convocação de um congresso sindical começou a ser discutida, no plano interno, pelos órgãos executivos da Central, logo após o 25 de novembro de 1975. O seu anúncio oficial no plenário de sindicatos, realizado em Coimbra, a 26 de março de 1976, justifica a sua convocação pela «*necessidade de adaptar os objetivos e as estruturas do movimento sindical unitário à situação política com vista a reforçar a unidade dos trabalhadores para defesa das conquistas alcançadas*».

Também designado por C*ongresso da Unidade,* a sua preparação marcou de forma indelével toda a atividade sindical e a própria situação política durante o ano de 1976 e até ao fim de janeiro de 1977. Foi uma das maiores, senão a maior realização de natureza sindical jamais promovida no nosso país em torno de questões e conceções sindicais: as questões da unidade, da unicidade, do pluralismo orgânico, da democracia sindical, o direito de tendência, o sindicato único, a verticalização, o sindicalismo de classe, o divisionismo e o sindicalismo reformista;

as diversas formas de participação dos trabalhadores na vida interna dos sindicatos e na definição dos seus objetivos imediatos e estratégicos.

Os princípios e modelo de organização sindical dos trabalhadores portugueses foram amplamente discutidos com centenas de milhares de trabalhadores e pela sociedade portuguesa, em geral. O grande debate culminou na realização do *Congresso,* no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, entre os dias 27 e 30 de janeiro de 1977.

O Congresso trouxe novo fôlego ao movimento sindical, melhor estruturação, continuidade e amplitude a frentes de trabalho e ativou outras, nos sindicatos e locais de trabalho. E a Central passou a exercer a direção e dinamização destas linhas de trabalho: comissões ou departamentos de jovens; comissões ou departamentos de mulheres; de reformados; departamentos de cultura e tempos livres; de formação sindical; de informação; de defesa do meio ambiente e do consumidor, que se juntaram aos clássicos departamentos de ação reivindicativa e conflitos de trabalho; de assuntos sociais; de higiene e segurança no trabalho; de organização; de gestão administrativa e finanças.

No quadro político marcado por uma forte ofensiva contra os direitos laborais e sociais, os eixos prioritários da ação e luta sindical centraram-se no combate à recuperação capitalista e a destruição da Reforma Agrária; na oposição dos trabalhadores à entrega das empresas intervencionadas aos antigos patrões e a defesa das nacionalizações e dos direitos conquistados; na apresentação e negociação de contratos coletivos de trabalho; na luta contra os despedimentos e a precariedade, pelo direito ao trabalho e ao aumento anual dos salários; por melhores condições de trabalho e de vida e a redução do tempo de trabalho; pela defesa da paz e a solidariedade internacionalista; pela intervenção institucional e de massas e a afirmação e consolidação da Segurança Social, do SNS e da Escola Pública de qualidade.

No plano mais geral, o Congresso assumiu a Constituição da República Portuguesa, de 2 abril de 1976, como referência para o desenvolvimento do seu projeto e ação, bem como a sua defesa.

40 anos depois, os principais eixos de ação então identificados mantêm toda a atualidade no ideário e na prática de todos os dias da CGTP-IN e do movimento sindical unitário, que congrega e releva a importância da continuação da luta pela valorização do trabalho e dos trabalhadores, indissociável de uma efetiva mudança de política e de um Portugal de progresso e justiça social.

Saudações Sindicais,

Pl'A Comissão Executiva do Conselho Nacional

Arménio Carlos

Secretário-Geral

OFICIO CIRCULAR N.º 022/17 – CGTP